



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 19 de abril de 2012

JORNAL DO COMMERCIO Reflexos	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO Demissões crescem 104%, chegando a 6,2 mil desligamentos	2
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO Suframa	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO ICMS	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Demissões crescem 104% no Estado	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Computadores	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Pedro Côrtes	8
A CRITICA sim & não	9
OPINIÃO	
A CRITICA Resolução nº 72 preocupa	10
ECONOMIA	
A CRITICA SAMSUNG	11
ECONOMIA	
A CRITICA Júlio Ventilari	12
BEM VIVER	
A CRITICA Estradas, portos e aeroportos deficientes	13
AMAZONAS EM TEMPO Auditores ganham apoio da indústria amazonense	14
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Fernando Coelho Jr.	15
PLATÉIA	
AMAZONAS EM TEMPO Jander Vieira	16
PLATÉIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Editorial	17
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro	18
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS POLÍTICA	19
ECONOMIA	
MASKATE Fala Sério!	20
OPINIÃO	

Reflexos

ICMS unificado para as exportações divide opiniões no Amazonas

A Resolução 72 do Senado Federal –que unifica as alíquotas do ICMS para importação em 4%– continua dividindo opiniões entre economistas e membros da indústria e do comércio local. Enquanto senadores discutem a aprovação (ou não) da medida, especialistas tentam avaliar os possíveis reflexos para a Zona Franca de Manaus. Segundo o assessor de economia da Fecomércio-AM, José Fernando Pereira da Silva, a decisão de aprovar a matéria seria a mais correta para o país. Apesar da discussão levantada, o economista diz não acreditar na possibilidade de perda para o Amazonas.

Página A6

Demissões crescem 104%, chegando a 6,2 mil desligamentos

O número de demissões homologadas pelo Sindmetal-AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas) cresceu 104% no primeiro trimestre com 6.208 pessoas desligadas do PIM. No mesmo intervalo do ano anterior, o sindicato havia registrado 3.043 desligamentos. A curva ascendente começou em janeiro com 1.553 desligamentos, quando o acréscimo foi de 40,9% frente a igual período do ano anterior. Em fevereiro, as 2.002 demissões homologadas representaram uma diferença de 120,2% e em março o diferencial foi ainda mais gritante, totalizando 2.653 desligamentos, 162,1% a mais na comparação com as 1.012 homologações de março de 2011. Todos os principais setores apresentaram aumento no índice de rescisões contratuais, mas apesar de o setor de duas rodas ser apontado como o foco da crise na indústria amazonense, foi o polo eletroeletrônico que liderou a onda.

Página A5

Suframa

Evento discute economia verde para a Rio+20

A Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), em parceria com o Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), promove, hoje, o workshop 'Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia no Contexto da Economia Verde: situação atual e desafios', no Auditório da Esmac (Escola Superior da Magistratura do Acre), localizado na rua Tribunal de Justiça, s/n, Via Verde, a partir das 8h30.

O workshop, que está sendo realizado em todos os Estados da Amazônia Ocidental, é direcionado a instituições de ensino e pesquisa, e entidades representativas das classes produtivas. O objetivo é identificar projetos e discutir propostas e iniciativas voltadas para a economia verde, tema da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, que ocorrerá no Rio

de Janeiro, em junho deste ano.

O material apresentado servirá de subsídio para a realização do Fórum Científico de tema 'Economia verde na Amazônia: da agenda prática ao desafio do conhecimento', que será realizado nos dias 20 e 21 de junho, no Rio de Janeiro, onde serão apresentados os resultados dos workshops estaduais.

A agenda de workshops teve início em Roraima, no último dia 13, seguindo para Rondônia, no dia 17. Após o Acre, o workshop final será realizado no Amazonas, em 2 de maio.

De acordo com a ONU, a economia verde pode ser definida como aquela que resulta em melhoria do bem-estar das pessoas devido a uma maior preocupação com a equidade social, com os riscos ambientais e com a escassez dos recursos naturais.



Foto: Divulgação

Economia verde incentiva a agricultura orgânica no mundo

ICMS

Unificação de alíquotas divide o AM

Analistas destacam vantagens e desvantagens da medida do governo federal sobre a importação de mercadorias

Emyle Araújo
Especial para o **CG**

A Resolução 72 —que unifica as alíquotas do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para importação em 4%— continua dividindo opiniões entre economistas e membros da indústria e do comércio. Enquanto senadores brigam para a aprovação (ou não) da medida, especialistas tentam avaliar os possíveis reflexos para a Zona Franca de Manaus.

Após várias tentativas de impedirem sua aprovação, senadores se reuniram na tarde de ontem e conseguiram transferir a votação da matéria para a próxima terça-feira (24). O anúncio foi feito pelo líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB - AM).

Devido ao desacordo entre membros do Senado, o senador precisou adiar a apreciação. De acordo com o regime interno, a Resolução só poderia seguir diretamente para votação no Plenário da Casa depois de ser aprovada pela comissão, caso não houvesse contrapontos de outros senadores. O que está longe de ser o caso.

Depois de aprovada pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) em Brasília, a peça que promete encerrar a guerra fiscal dos portos é apontada também como possível ameaça para o Polo Industrial. Embora o governo federal garanta o financiamento de 7% ao ano, pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) aos Estados que usu-



Votação da matéria pelo Plenário do Senado ficou para a próxima terça-feira (24), segundo o líder do governo Eduardo Braga

fruem dos benefícios gerados pelo imposto, especialistas dividem opinião sobre possíveis crises econômicas.

Segundo o assessor de economia da Fecomércio-AM (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas), José Fernando Pereira da Silva, a decisão de aprovar a matéria seria a mais correta para o país. Apesar da discussão levantada, o economista diz não acreditar na

possibilidade de perda para o Amazonas. "Não acho que exista uma pré-disposição do governo federal de prejudicar a ZFM", aposta.

Para ele, o que vai imperar a partir do dia 1º de janeiro de 2013 —caso o PRS 72 seja aceito pelo Senado— é a competitividade entre as empresas. "Passamos por uma fase em que o subfaturamento é o que mais prejudica o mercado e ninguém percebe", diz, referindo-se às

atuais condições de negociação com importadores internacionais.

E se é para encerrar a guerra fiscal, não há como atingir a economia amazonense. É o que garante o economista da Fieam (Sistema Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Gilmar Freitas. "Ao contrário do que alguns empresários temem, a uniformidade da alíquota nos beneficia", diz.

De acordo com o especialista,

o ICMS não deveria ser cedido para Estados como Santa Catarina e Goiás (os mais prejudicados com a Resolução 72), por exemplo. "Esse incentivo é inconstitucional. Se é para ceder, que seja igualmente", sugere.

Já o economista Antônio Barcellos diz acreditar que a unificação da alíquota para produtos importados pode balançar —e muito— a indústria amazonense. "Dependemos da importação de componentes para a fabricação

de grande parte do que é produzido na ZFM", aponta. Além de a nova medida estabelecer alíquota única de 4% do ICMS para importados, o valor também é taxado caso seja utilizado mais de 40% de matéria-prima internacional no processo de industrialização.

Se a taxa do ICMS for padronizada, as indústrias começarão a migrar do Estado para a região Sudeste do país. "Aqui, temos problema de transporte, de tempo e acesso. Parte do que prende essas empresas ao nosso polo são as facilidades", explica.

Mais sobre a Resolução 72

A medida visa acabar com a disputa entre Estados pela entrada de produtos estrangeiros no país. Aprovada na tarde de ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado (com 20 votos favoráveis e seis votos contrários), a matéria seguiu hoje para votação no Plenário e também obteve aprovação.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) é autor da peça e, inicialmente, recomendou a redução a zero do tributo com importados nas operações interestaduais. Para evitar uma redução tão brusca, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) lançou um substitutivo que sugeria a alíquota interestadual plena de 4% sobre produtos importados do exterior e limite de 60% de produtos nacionais —mesma regra segundo ela aplicada nos países do Mercosul. Tratada com caráter de urgência, o próximo passo é seguir para a publicação oficial.

Demissões crescem 104% no Estado

Juliana Geraldo

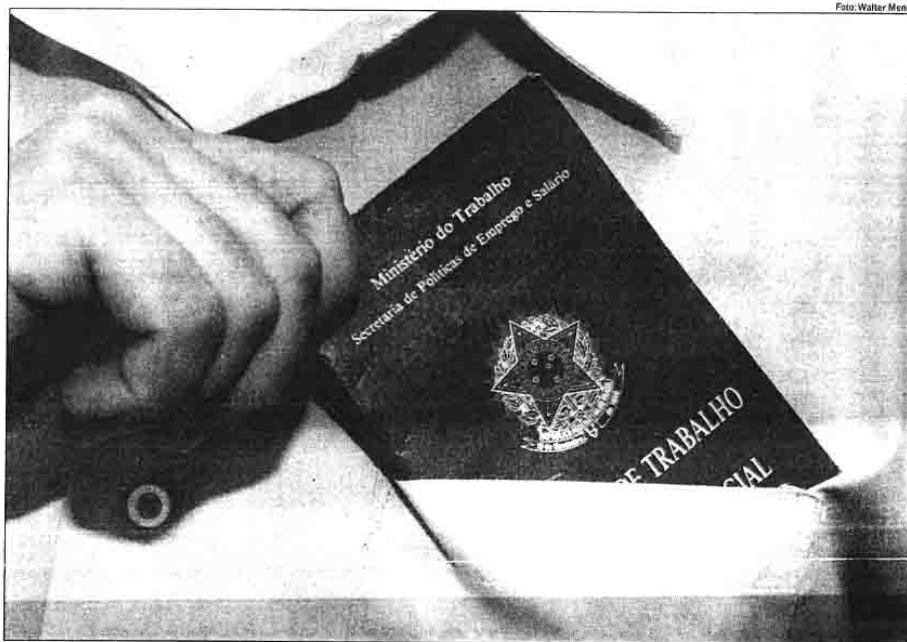
O número de demissões homologadas pelo Sindmetal-AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas) cresceu 104% no primeiro trimestre de 2012 com 6.208 pessoas desligadas do PIM. No mesmo intervalo do ano anterior, o sindicato havia registrado 3.043 desligamentos.

A curva ascendente começou em janeiro com 1.553 desligamentos, quando o acréscimo foi de 40,9% frente a igual período do ano anterior. Em fevereiro, as 2.002 demissões homologadas representaram uma diferença de 120,2% e em março o diferencial foi ainda mais gritante, totalizando 2.653 desligamentos, 162,1% a mais na comparação com as 1.012 homologações de março de 2011.

"A contratação deveria vir crescendo aos poucos para atender o Dia das Mães que já se aproxima, mas devido à desconfiança gerada pelo desequilíbrio na economia, o empresário retrocedeu e demitiu", observou o titular da SRTE-AM (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Amazonas), Dermilson Chagas.

Todos os principais setores apresentaram aumento no índice de rescisões contratuais, mas apesar do segmento de duas rodas ser apontado como o foco da crise na indústria amazonense em função do rigor dos financiamentos bancários, foi o polo eletroeletrônico que liderou. O 'campeão' do trimestre desligou 4.237 funcionários, quase 150% a mais no confronto com as 1.698 pessoas demitidas no mesmo período do ano passado. Só em março, o número de demissões do segmento cresceu 300% com 1.904 postos de trabalho a menos.

O grande impacto no setor, segundo afirmação do presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, e do presidente do Sinaes (Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares), Celso Piacentini, foi verificado na produção de ar condicionados do tipo split



A curva ascendente começou em janeiro com 1.553 desligamentos

system, aparelho classificado como eletroeletrônico e afetado pela já conhecida 'guerra' com os produtos importados.

De acordo com os dados mais recentes dos indicadores da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus),

a produção de condicionadores de ar split caiu 53,44% entre janeiro deste ano e janeiro de 2011. As unidades condensadoras para split registraram retração de 93,94% e as unidades evaporadoras deixaram de ser produzidas.

Wilson Périco acrescenta que as empresas de componentes também sentiram o efeito da concorrência "e se nada for feito outros produtos importados podem entrar e pegar o lugar do produto nacional. Essa é uma preocupação de todos", pon-

tuou.

Um dos diretores do Sindmetal-AM, José Osmar Santana conta que a briga com a entrada dos importados tem motivado manifestos como o 'grito de alerta' contra a desindustrialização na semana passada. "Pre-

cisamos chamar a atenção porque a situação vem piorando", lamentou.

Efeitos da desindustrialização

Além das importações que cresceram 15,44% em março e 12,31% no trimestre, segundo o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), o Presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Ailson Rezende, destaca o ciclo de desindustrialização vivenciado pelo setor.

"Quando uma quantidade grande de funcionários é demitida, o salário deles prontamente deixa de circular. O trabalhador, uma vez desempregado, diminui o consumo e passa a adquirir somente o essencial até conseguir recolocação no mercado de trabalho. A falta de consumo causa queda na produção e, conseqüentemente, novas demissões", esclarece.

Expectativa

Na visão do economista, esse ciclo só pode ser quebrado com a intervenção do governo federal. "Aguardamos os efeitos do Brasil Maior na indústria como um todo e novos cortes na Selic - taxa básica de juros - para o aquecimento da economia".

Dermilson Chagas acrescenta que embora alguns segmentos ainda sigam demitindo, a partir de abril, o número de contratações deve aumentar.

Números

COMPARAÇÃO

1º TRIMESTRE - 2012

Janeiro: 908 (masc.); 625 (fem.) = 1.553
Fevereiro: 1.339 (masc.); 663 (femin.) = 2.002
Março: 1.746 (masc.); 907 (femin.) = 2.653

TOTAL GERAL DO TRIMESTRE: 6.208

1º TRIMESTRE - 2011

Janeiro: 720 (masc.); 382 (fem.) = 1.102
Fevereiro: 595 (masc.); 334 (femin.) = 929
Março: 682 (masc.); 330 (femin.) = 1.012

TOTAL GERAL DO TRIMESTRE: 3.043

Dados

SETORES EM BAIXA

Depois do eletroeletrônico, o setor metalúrgico aparece em segundo lugar no resultado do trimestre, com 1.099 rescisões, crescimento de 22,11% frente ao primeiro trimestre de 2011. Em seguida, o polo de duas rodas figura com 776 demissões, 74,4% a mais em relação ao registrado em igual intervalo do ano anterior. O meio magnético, que no ano passado não constava no registro do sindicato, já demitiu 76 trabalhadores até agora.

Em março o setor de duas rodas demitiu 282 pessoas, 65,8% a mais do que no mesmo mês de 2011 e o polo metalúrgico foi o que obteve o menor crescimento (18,9%) com 434 rescisões de contrato. As campeãs do mês em demissões foram Electrolux (198), Moto Honda (172) e LG (167).

Por dentro

EMPRESAS

Segundo o levantamento do Sindmetal-AM, a Moto Honda foi a empresa que mais demitiu nos primeiros meses do ano (422 trabalhadores), seguida pela LG (375), Electrolux (298), Elco-teq, fabricante de materiais elétricos e eletrônicos (284) e pela Semp Toshiba, que demitiu 270 funcionários ao todo e foi alvo de investigações de demissão em massa no início de 2012.

Follow-Up



A indústria não acabou

Não se pode negar que a indústria de transformação do Brasil esteja perdendo posição no PIB –um fato que pode ser analisado sob diversas óticas. O economista Raul Velloso, por exemplo, avalia que “A indústria de transformação está perdendo participação, mas não tanto quanto as estatísticas sugerem”. Para ele, “Sabe-se que os preços da indústria têm caído em relação aos demais, especialmente ao setor de serviços –onde a escassez de oferta provoca forte subida de preços. Assim, se deflacionássemos os valores originais pelos índices setoriais de preço, a queda de participação física seria menor”. E argumenta: “Não se trata de dizer que a indústria acabou, mas que o Brasil, a exemplo de outros países, está passando por uma transformação estrutural em favor dos demais setores. Esse é o ponto”. Em sua opinião, “O paradigma em vigor no passado já mudou ou está em processo de mudança”. Obviamente, é de esperar-se que, diante da perda, os representantes da indústria tendam a mostrar indignação, espe-

cialmente contra o tsunami cambial – inimigo externo recente –, e que o governo se sinta premido a implementar medidas de alívio.

Na percepção de Velloso, “Com tantos desafios, é fundamental criar condições para a indústria se tornar mais competitiva de forma sustentável. Sem uma estratégia semelhante à que colocou a Embraer no brilhante patamar em que está, e dada a oferta mundial excedente de produtos industrializados do momento, é de se tentar outros caminhos. Nesse contexto, o principal andaime que dará sustentação à indústria é a concentração de investimentos em infraestrutura, especialmente de transportes, onde a carência é maior. Assim, estaremos pavimentando de forma mais sólida o caminho para o novo mundo que se ergue.”

Energia cara

A perda de competitividade da indústria e, em geral, a baixa competitividade econômica do país decorrem de vários fatores, entre os quais o alto custo dos tributos, a infraestrutura precária e a burocracia tributária e traba-

lha. Há, contudo, um aspecto em que o Brasil se destaca do restante do mundo: o preço da energia, que representa parcela importante dos custos das empresas, em particular no setor industrial. Segundo estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), nossa tarifa industrial de energia elétrica é, em média,

O Pará foi o Estado que teve o maior avanço, de 6,2% na comparação sobre o mês anterior

de R\$ 329 por megawatt-hora (MWh), ou valor 53% acima da média mundial. Nos EUA, por exemplo, a tarifa média é de R\$ 117,4 por MWh. É um fato paradoxal, se considerarmos que nossa matriz energética está concentrada na hidreletricidade, gerada majoritariamente em usinas antigas, com seus investimentos já amortizados. O Brasil produz eletricidade pelo processo mais barato do mundo e a vende aos consumidores pelo

preço mais caro, prejudicando toda a atividade econômica. Como se sabe, a energia é um insumo essencial à produção e é a base do processo civilizatório.

Alerta importante

O ex-ministro Delfim Netto fez importante alerta ao governo sobre a economia: “É claro que câmbio não é tudo. Há, sim, o famigerado ‘custo Brasil’ que desde o Plano Real está na pauta e avançou apenas alguns milímetros nas últimas duas décadas, enquanto avançamos quilômetros na piora dos preços dos insumos básicos (energia principalmente) e no regressivo (com relação aos cidadãos) e progressivo (com relação ao governo) sistema tributário. Mas nada disso mudou entre 2008 e 2012, a não ser a valorização do câmbio que nos custou um crescimento de 0,1% do setor manufatureiro e nos subtraiu quase 1% do crescimento do PIB. É hora de cuidar da emergência, mas não descuidar das reformas. É hora de apoiar

e ajudar a presidente na sua batalha para cumprir o que está propondo”.

Evolução da Indústria

O Pará foi o Estado que teve o maior avanço, de 6,2% na comparação mensal, após queda de 13,3% no mês anterior. Na média nacional, a indústria expandiu 1,3% em fevereiro, frente ao mês anterior, conforme dados do IBGE. Os estados que registraram expansão na produção acima da média foram o Rio de Janeiro (3,7%), Minas Gerais (3,0%), Ceará (2,5%) e São Paulo (1,5%). O Espírito Santo cresceu com taxa mais modesta (1,3%). O IBGE também calculou a produção industrial da região Nordeste, que cresceu 0,8% em fevereiro, frente ao mês anterior. Entre os estados com as maiores taxas negativas estão Paraná (-7,7%), Goiás (-3,9%) e Rio Grande do Sul (-3,5%), enquanto Bahia (-0,6%), Pernambuco (-0,5%), Amazonas (-0,4%) e Santa Catarina (-0,2%) tiveram perdas mais moderadas.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim.
cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

Computadores

Vendas devem crescer 10,5%

De acordo com FGV, número de desktops, notebooks, netbooks e tablets devem atingir 17,9 mi

As vendas de computadores, entre desktops, notebooks, netbooks e tablets, devem atingir 17,9 milhões de unidades em 2012, segundo pesquisa do uso de TI no mercado brasileiro divulgada ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O número, se confirmado, representaria um aumento de aproximadamente 10,5% em relação ao ano passado, quando foram comercializados 16,2 milhões de computadores para uso doméstico e corporativo.

Para os próximos anos, a expectativa é de que a taxa de crescimento fique na faixa de 9%. "Já atingimos um alto patamar de vendas. Não quer dizer que o mercado vá ficar ruim, mas sim que ficará muito robusto, depois de atingirmos uma venda de 20 milhões de máquinas por ano", disse o coordenador da pesquisa, Fernando Meirelles, em entrevista a jornalistas. "Neste ano será vendido um computador por segundo no Brasil", acrescentou. Segundo o levantamento, o custo anual por teclado das empresas, indicador que avalia quanto se investe pelo total de máquinas em uso nas companhias, cresceu 4% no ano passado em comparação a 2010, atingindo US\$ 11,4 mil, o equivalente a R\$ 19,1 mil.

Os gastos das empresas com investimento em TI, em ter-

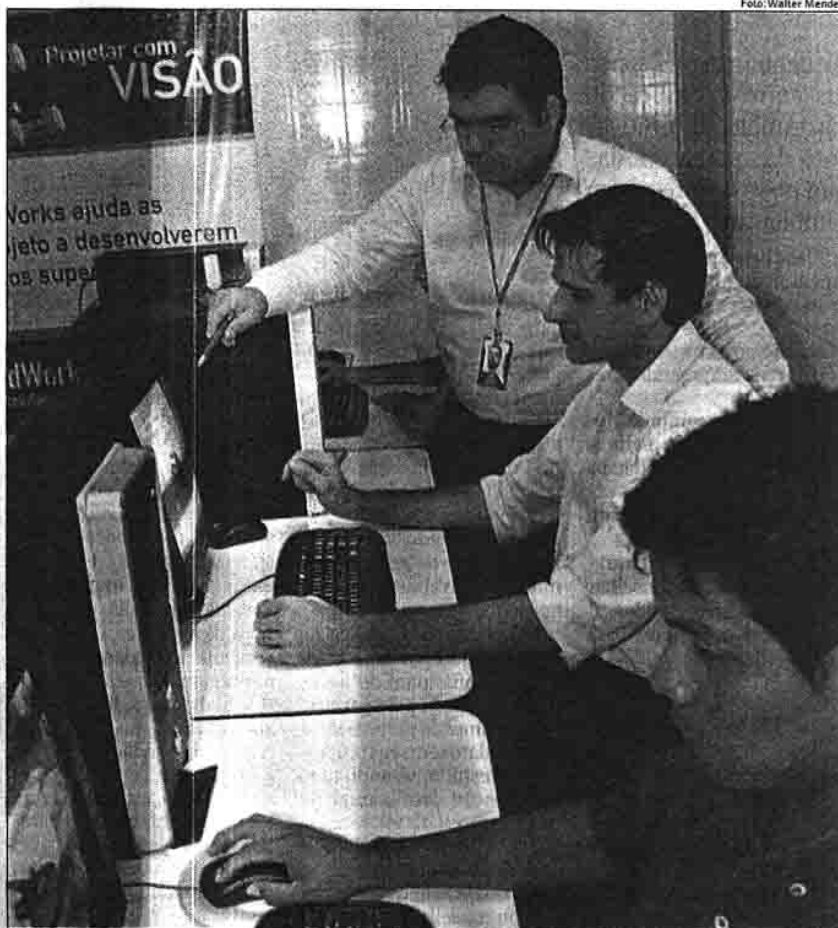
mos de faturamento líquido, atingiram um percentual de 7% no ano passado. "A tendência é de que esses gastos continuem subindo", disse Meirelles, acrescentando que, como comparação, o percentual dobrou em 12 anos.

Empresas

A pesquisa apontou que, em termos de uso de Sistema Integrado de Gestão (ERP, na sigla em inglês), no ano passado, a TOTVS ficou na liderança, com uma presença em 38% das empresas consultadas pela FGV, seguida pela SAP (28%) e Oracle (16%).

"A TOTVS tem a liderança entre as empresas menores", destacou Meirelles. O levantamento apontou que entre as empresas com até 160 teclados a TOTVS tem uma fatia de mercado de 53%. Já entre as maiores, com mais de 600 teclados, a SAP lidera, com 51% de participação.

De acordo com o estudo, a Microsoft continua dominando a estação de trabalho das empresas, com o Windows, Explorer e Office presentes em mais de 91%. Entre os servidores corporativos, o Windows tem participação de 68%, seguido do Linux - que teve uma queda de 2 pontos percentuais - com 18%. O levantamento foi realizado pela FGV com cerca de 5 mil empresas.



Segundo o estudo, a Microsoft continua dominando a estação de trabalho das empresas

Pedro Côrtes

Cargas da Amazônia), presidida por Irani Bertolini, que fará a palestra 'A evolução do transporte de cargas na Amazônia', durante o evento no Studio 5.

INTERNACIONAL

Representantes das principais empresas do transporte de cargas e logística do país e de outros 17 países do continente americano se encontram em Manaus, entre os dias 26 a 28 de junho, para a 'Transpo Amazônia'. O evento reunirá somente empresários e operadores logísticos. A organização local é da Fetramaz (Federação das Empresas de Logística, Transporte e Agenciamento de

sim & não

Comitiva Está confirmado. O governador Omar Aziz (PSD) e o senador Eduardo Braga (PMDB) viajam juntos neste fim de semana para o interior do Estado. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), deputados federais e estaduais também integrarão a comitiva.

Preocupação Por falar em Omar, ontem, ele expressou preocupação com o desempenho da economia e os reflexos no Polo Industrial de Manaus. Aziz citou o caso do setor de duas rodas, em dificuldade, e com problema para receber financiamento.

Freio Quem também demonstrou preocupação com a indústria foi o senador Alfredo Nascimento (PR). Em discurso no Senado, ele disse que o PIM já

fechou 1.387 postos de emprego e concluiu: “Os empresários com negócios no Amazonas colocaram os pés no freio”.

Na briga O deputado federal Carlos Souza (PSD) comprou briga ontem, na Câmara, com o senador Magno Malta (PR-ES), que na terça-feira insinuou que poderia apresentar um projeto pedindo o fim dos incentivos da ZFM: “Não foi uma atitude republicana. O Amazonas não merece essas ofensas por parte do senador Magno Malta”.

Derrota A polêmica com Malta começou na terça-feira, quando o projeto que unifica o ICMS interestadual sobre os importados passou pela Comissão de Assuntos do Senado. Como o Estado dele, Espírito Santo, foi um dos três

que protestaram, Malta saiu da reunião atacando o Amazonas, porque o relator da matéria foi o senador Eduardo Braga.

Resolução nº 72 preocupa

Empresários da Federação das Indústrias e do Centro das Indústrias do Amazonas dizem que ela prejudicará a ZFM

ANTONIO PAULO
antonio paulo@scritica.com.br

BRASÍLIA (SUCURSAL) - Um dia depois de a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado ter aprovado o parecer do líder do Governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), ao Projeto de Resolução nº 72/210, que unifica em 4% as alíquotas do ICMS sobre os produtos importados, as classes empresariais da Zona Franca de Manaus, encabezadas pela Federação e Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Fiem e Cieam), reagiram à votação e aos argumentos do líder de que a proposta traz benefícios ao Polo Industrial de Manaus (PIM). O projeto deveria ter sido votado ontem no plenário do Senado, mas foi adiado para o dia 23 de abril.

Uma "carta-apelo", assinada pelo presidente do Cieam, Wilson Périco, foi entregue ontem a Braga. O documento menciona o esforço do Governo Federal, sob a liderança do senador amazonense, para pôr fim à guerra fiscal provocada pelos Estados que se utilizam da concessão de incentivos fiscais do ICMS, ao arripio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), mas que, na avaliação das entidades, a propos-

Saiba mais

>> Modificação
A proposta apresentada pelos empresários do Amazonas é que o parecer aprovado na CAE seja modificado o artigo 2º da Resolução 72. O dispositivo não se aplicaria às operações que destinem gás natural importado do exterior a outros Estados ou a operações com produtos industrializados que estejam submetidas à exigência de Processo Produtivo Básico.

ta aprovada na CAE, "é extremamente prejudicial às indústrias do PIM e à economia do Amazonas".

O principal argumento dos empresários amazonense contra a resolução é o estabelecimento de índice de conteúdo dos produtos importados. Se as importações ultrapassarem os 40%, a alíquota do ICMS será fixada em 4%. Os produtos industrializados na ZFM, todos submetidos a Processo Produtivo Básico (PPB), incluem insumos estrangeiros, que apresentam percentual superior a 40% do valor total da operação de saída interestadual desses produtos industrializados. "O impacto sobre as atividades



Senador Eduardo Braga disse que não mudará parecer porque não ouviu argumento convincente dos empresários da ZFM

fabris da Zona Franca, pela redução do nível de incentivos, será direto, se a resolução do Senado for aprovada com o certificado de conteúdo de importação sobre produtos industrializados", diz a carta da Fieam/Cieam.

Atualmente, as indústrias do Amazonas recebem incentivo fiscal de 55% a 100% do Governo do Estado, sobre uma alíquota de 12%

do ICMS interestadual. A resolução prevê redução para 4%. Os empresários dizem que a medida atinge setores como eletroeletrônico, celulares, ar-condicionado, informática e até o polo de duas rodas.

O senador Eduardo Braga rejeita a tese da Fieam/Cieam e diz que os industriais estão misturando alhos com bugalhos. Ele nega que o parecer dele atinja di-

retamente a produção industrial do Amazonas. "Estou fazendo uma consulta ao Ministério da Fazenda e Receita Federal, mas estou convencido de que essa regra atinge pontualmente um ou outro produto da Zona Franca que precisará se ajustar". Ele não pretende mudar a proposta porque até o momento ninguém apresentou um argumento convincente.

Votação mais uma vez adiada

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-AM) retirou de pauta a Proposta de Emenda à Constituição nº 123/2011 - a PEC da Música - que deveria ter sido votada ontem. Também acolheu o requerimento da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Eduardo Braga (PMDB-AM) e Armando Monteiro Neto (PTB-PE) que pediam a realização de uma audiência pública para debater os efeitos da emenda que concede imunidade tributária a produções fonográficas (CDs e DVDs) com música de autores nacionais. A audiência ainda não tem data para acontecer. Como parte do acordo político, Vanessa retirou os dois requerimentos com pedidos de informação aos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento Indústria e Comércio.

SAMSUNG

Automação residencial inteligente

A Samsung firmou parceria com duas empresas de automação de residências e construção de casas inteligentes do mercado brasileiro: a *iHouse* e a *All in Tech*. A *iHouse* Tecnologia é uma empresa brasileira líder no mercado de automação residencial no Brasil. Foi criada no ano 2000 e recentemente, passou a atuar também na venda a consumidores finais, através da recente formação de uma rede de 50 revendas autorizadas distribuídas pelo País. Ela escolheu a plataforma Android, presente na linha Galaxy da Samsung, que possibilita aos clientes controlarem ambientação, iluminação, travas em portas e janelas, temperatura da água do banho e muitas outros itens.

Para realizar a integração dos sistemas, as empresas associaram-se a *All in Tech*, companhia brasileira que atua desde 2009 na integração de plataformas tecnológicas e automação para ambientes residenciais e corporativos. A empresa assessora construtoras, incorporadoras e clientes finais desde o projeto de um empreendimento, automação de residências e ambientes corporativos até a venda de serviços.

Júlio Ventilari

Carga pesada

■ ■ De 26 a 28 de junho, o Studio 5 servirá como palco para um grande evento empresarial. Acontecerá no pedaço a primeira edição da Transpo Amazônia. Reunirá representantes do mercado de logística, transporte e agenciamento de cargas de 18 países, entre eles, Brasil, Argentina, Panamá e México. Evento promovido pela Fetramaz.

Porta da esperança

■ ■ O aquecimento esperado para abril não aconteceu. Vários segmentos do Polo Industrial de Manaus continuam com uma baixa produção desde janeiro. A queda nos níveis industriais no primeiro trimestre tem como um dos termômetros a pouca movimentação de cargas tanto nos portos quanto no aeroporto Eduardo Gomes. Ou seja: maio está chegando como o mês de dias melhores para as empresas.

Estradas, portos e aeroportos deficientes



juca, na região metropolitana de Recife. Com ele, as empresas aqui instaladas terão maior facilidade de acesso aos mercados da Região Nordeste, a exemplo do que já fazem os entrepostos de Resende (RJ) e Uberlândia (MG) no que tange aos mercados das regiões Sul e Sudeste.

Detalhe: os entrepostos ajudam, mas também servem para ressaltar um dos problemas cruciais que o Amazonas enfrenta quando o assunto é infraestrutura. Aqui, portos, rodovias e aeroportos há muito carecem de investimentos, uma reclamação que, vira e mexe, está na ordem do dia do setor produtivo, mas que não vem encontrando a devida ressonância dos governos municipal, estadual e federal.

A propósito, vai fazer um ano que publicamos esta nota no caderno de Economia, coluna Notas & Notas: "Entre as exigências que está fazendo para abrir mais fábricas no Brasil, a Foxconn quer uma área de 50 km² para se instalar, perto de aeroporto e estrada, Internet banda larga e energia elétrica abundante". À época dissemos que, no que tange à área, certamente teríamos condições de satisfazê-la. As demais exigências constituem um longo caminho a ser percorrido pelo Amazonas. Até aqui, nada mudou.

Outra falha de infraestrutura está na malha viária de Manaus, que não é mais compatível com o tamanho da frota de veículos e com as necessidades da população por espaços de convivência.

Precariedade é uma expressão adequada, infelizmente, para explicar a situação da infraestrutura no Amazonas. Não foi por outro motivo que, na semana passada, quando o Governo do Estado de Pernambuco, por meio de sua Secretaria de Fazenda, anunciou a assinatura do Protocolo ICMS 22 com o Governo do Amazonas, os executivos das empresas incentivadas da Zona Franca de Manaus deixaram escapar um sorriso de felicidade.

Não era para menos. O referido protocolo possibilitará a instalação de um novo entreposto da ZFM, agora na cidade de Ipo-

Audidores ganham apoio da indústria amazonense

Cieam encaminhou carta ao governo federal para que retome as negociações com a categoria



RICARDO OLIVEIRA

RICHARD RODRIGUES

Equipe EM TEMPO

As paralisações pontuais realizadas pelos auditores da Receita Federal nos postos alfandegários amazonenses levaram o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) a enviar uma carta ao governo federal para que a situação seja revista. O documento, enviado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicita que o governo retome as negociações salariais com a categoria.

De acordo com o presidente do Sindicato Nacional dos funcionários Fiscais no Amazonas (Sindifisco Nacio-

nal), Marcos Souza Neto, o Cieam se mostrou preocupado com as paralisações e com os impactos que elas podem trazer às atividades do Polo Industrial de Manaus (PIM). Por isso, a entidade enviou uma carta ao Ministério do Planejamento, com cópia para a Casa Civil e Ministério da Fazenda, solicitando o retorno do diálogo com os auditores.

"No documento constavam a importância dos serviços alfandegários e as dificuldades que o setor industrial enfrenta atualmente e que podem ser agravados com as paralisações", disse o dirigente.

O pedido do Cieam é resultado das paralisações que ocorrem para a categoria

pleitear reajustes salariais e melhorias trabalhistas. As reivindicações dos auditores fiscais, que têm salários médios de R\$ 13 mil, consistem em reajuste salarial de 30%. Segundo Neto, a categoria não tem reajuste desde 2008.

Reforço no quadro

Durante reunião realizada ontem entre o Cieam e o Sindifisco, os representantes do sindicato também apresentaram a necessidade da realização de mais contratações. Segundo o presidente do sindicato, hoje na alfândega do Amazonas existem apenas 69 profissionais, sendo que a necessidade é de 230 auditores.

Audidores realizam paralisações nos postos alfandegários

Fernando Coelho Jr.

>> Parcerias

. De passagem por Manaus, na programação de visitas à Região Norte, a secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (Minc), Márcia Rollemberg, reuniu-se na manhã de ontem com o superintendente adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Suframa, José Nagib Lima, na sede da autarquia, com o objetivo de estreitar o contato entre os dois órgãos governamentais e iniciar a construção de uma agenda conjunta voltada para o estímulo da economia criativa na região.

1. Márcia Rollemberg apresentou ao superintendente adjunto o plano da Secretaria da Economia Criativa do Minc, que visa à formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para um novo desenvolvimento fundado na inclusão social, na sustentabilidade, na inovação e, especialmente, na diversidade cultural brasileira.

. Ela destacou a importância da parceria institucional com a Suframa, salientando que o viés econômico e do empreendedorismo deve estar mais presente na cultura popular, bem como na cultura indígena.

Jander Vieira

..... Internacional

Representantes das principais empresas do transporte de cargas e logística do país e de outros 17 países do continente americano se encontram em Manaus, entre os dias 26 e 28 de junho, para a 1ª Transpo Amazônia. Somente entre empresários e operadores logísticos estão confirmados mais de mil inscritos. A organização local é da Federação das Empresas de Logística, Transporte e Agenciamento de Cargas da Amazônia, presidida por Irani Bertolini, que faz palestra sobre “A evolução do transporte de cargas na Amazônia”, durante o evento no Studio 5 Centro de Convenções.

Editorial

Carga mais pesada

... cada vez mais voraz a fome do governo brasileiro quando o assunto é tributação. Desde a gestão do presidente José Sarney, passando por Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, o brasileiro só tem notícia de elevação da carga tributária do País, uma das maiores do mundo. Os Estados e

municípios têm seguido a mesma receita e jogado para o trabalhador um fardo cada vez mais pesado.

A última notícia vem em reportagem do DIÁRIO de hoje: a partir de maio, o consumidor vai pagar mais pelos serviços de telefonia fixa e móvel e TV por assinatura. O aumento é resultado do reajuste da ordem de 20% na alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nesses serviços, que passaram a valer no final de março deste ano. Até então, o consumidor pagava 25% de ICMS nas faturas de telefone e TV por assinatura, índice que se eleva, agora, para 30%.

Até então, o consumidor

pagava 25% de ICMS nas faturas de telefone e TV por assinatura.

Como no sistema capitalista não há custo que as empresas não repassem para o consumidor, é ele quem vai arcar com os custos de uma medida que visa elevar a arrecadação do Estado, arrecadação esta que não cessa de crescer, ano após ano.

O secretário de Estado da Fazenda, Ispere Abrahim, tenta justificar a medida como uma

Quanto ao crescimento do

setor, o que se espera é que, com ampliação da clientela os serviços fiquem mais baratos.

forma de "equalizar" o imposto com o de outros Estados, mas é traído pelas próprias palavras, ao dizer que o setor de telefonia e TV está "extremamente pujante, robusto e consolidado, inclusive com operadoras realizando promoções". Ora, o fato de um setor de serviços realizar promoções não significa que os clientes estão

dispostos a pagar mais, nem é verdade que a pujança ou a robustez seja parâmetro para aumento de tributo.

Ao contrário do argumento do secretário, no sistema capitalista, as promoções visam atrair clientes e as empresas as fazem mesmo que isso represente perda, no primeiro momento. Quanto ao crescimento do setor, o que se espera é que, com ampliação da clientela os serviços fiquem mais baratos. E foi isso o que ocorreu nos últimos anos com o setor de telecomunicações.

E não há notícia que a redução de preço, principalmente na telefonia, tenha representado perda de receita ao Estado.

Claro & Escuro

PEC

Sem prazo

Foi adiado, por tempo indeterminado, a votação da PEC da Música prevista para ocorrer ontem na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A comissão atendeu a um pedido da senadora Vanessa Grazziotin para realizar uma audiência pública antes da proposta ir a votação.

POLÍTICA

Alfredo alerta para problemas de demissões na Zona Franca de Manaus

O senador Alfredo Nascimento (PR) alertou, ontem, sobre o aumento do registro de desemprego no Amazonas. Em discurso no Senado, ele disse: “Este ano, foram fechados 1.387 postos de trabalho. Esse é o segundo pior resultado no Amazonas desde 2003”. Ele salientou que a Zona Franca de Manaus tem sofrido com a valorização do real e a manutenção de um elevado Custo Brasil, o que torna os produtos importados mais competitivos.

Fala Sério!

Enfim, CBA?

Até junho, quando a descida dos rios marca o ciclo anual de fartura, a Suframa, através de seu gestor, Thomaz Nogueira, promete a definição da identidade jurídica do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). Será criada a empresa pública que ficará responsável pela gestão do Centro, o embrião do polo de bioindústria. Com 20% dos princípios ativos da vida no planeta, dá pra ter dimensão dessa potencialidade adormecida na floresta amazônica.



*** **

Omissos

Foram convocadas as bases de representação parlamentar. Apareceram quatro gatos pingados, como diz o povo: Abdala Fraxe, Marcelo Ramos, José Ricardo, Sidney Leite, Conceição Sampaio, Chico Preto, Luiz Castro, e o deputado federal Carlos Souza. Nenhum senador pra debater e ajudar nossa maior promessa.

*** **

Envolvimento cívico

Dois colegas da gestão estadual retomam a encrenca: Odenildo Sena e Thomaz Nogueira. A dupla quis pôr em pauta um panorama atual do Centro, com detalhes sobre sua infraestrutura, projetos em desenvolvimento e principais dificuldades operacionais.

*** **

Disputa estéril

São 10 anos de gestão do PT, que montou uma comissão, no início da gestão Lula para definir o modelo de governança. Os ministérios da Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento e Meio Ambiente brigam até hoje pela maternidade, enquanto a Suframa cumpre o papel de aleitamento.



*** **

A mágoa de Porfírio

Além do ressentimento, o empresário Porfírio Lemos - ninguém sabe dizer exatamente a razão - tenta impingir a qualquer custo o estigma da traquinagem em cima de seu velho e ex-amigo Serafim Correa, que sempre lhe deu a mão e prestígio.

